

26 de Outubro

GREVE NACIONAL

dos trabalhadores da

ADMINISTRAÇÃO

PÚBLICA



Com a acção persistente e determinada do PCP e a luta dos trabalhadores da Administração Pública, contra a vontade do governo minoritário do PS, avançámos, ainda que de forma insuficiente, na reposição de direitos e rendimentos, retirados pelo governo PSD/CDS.

Avançou-se na reposição das 35 horas semanais de trabalho e do caminho para a sua efectivação para os trabalhadores com contrato individual; no descongelamento faseado das progressões nas carreiras; na reposição dos 4 feriados; no fim da sobretaxa do IRS; no fim da requalificação; na abertura do caminho, ainda que sinuoso, para a regularização dos vínculos precários.

Mas não é aceitável que o governo minoritário do PS, por opção e porque vê na redução do défice das contas públicas o “alfa e ómega” da sua política, em detrimento das necessidades nacionais e da resposta aos problemas estruturais do país, queira manter as profundas desigualdades sociais e os cada vez mais degradados salários dos trabalhadores da administração pública (que tiveram uma quebra real de 18.4%, em média, desde 2009), e dificultar a reposição de direitos retirados pelo PSD e CDS, como o pagamento do trabalho extraordinário e a devolução dos 25 dias de férias.

Porque é possível ir mais longe, pela parte do PCP, continuamos a exigir:

- dignificação e valorização dos trabalhadores da Administração Pública;
- aumento geral de salários para todos os trabalhadores e do Salário Mínimo Nacional para 650 euros em 1 de Janeiro, cabendo aos sindicatos a sua negociação;
- descongelamento das progressões nas posições remuneratórias, de forma geral e global;
- reposição, valorização e dignificação das carreiras e dos seus conteúdos funcionais;
- reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias e de todos os suplementos alvo de cortes pelo governo PSD/CDS;
- actualização do subsidio de refeição;
- reposição dos 25 dias de férias;
- redução da carga fiscal sobre os trabalhadores majorados;
- implementação e efectivação dos Suplementos de Insalubridade, Penosidade e Risco;
- melhoria das condições de trabalho;
- rápida regularização dos vínculos precários a ocuparem postos de trabalho permanentes, acabando com a burocracia, integrando estes trabalhadores;
- revogação dos aspectos gravosos e altamente penalizantes para os trabalhadores contidos na Legislação do Trabalho em Funções públicas;
- melhoria do funcionamento dos serviços e dos meios, de forma a que cumpram, com qualidade e celeridade, a prestação do serviço público que lhe está cometido, em benefício da população;
- revogação do processo de transferência de competências e encargos para as autarquias.

É COM A LUTA QUE LÁ VAMOS!

O PCP, certo de que só a luta dos trabalhadores e do povo podem produzir uma verdadeira alternativa, apela a todos os trabalhadores da Administração Pública a que participem em força na greve nacional de 26 de Outubro, convocada pelos sindicatos da Frente Comum.

Reforçar o PCP

- condição para a defesa, reposição e conquista de direitos e para alternativa patriótica e de esquerda que o PCP propõe ao povo português!

Partido da classe operária e de todos os trabalhadores, o reforço do PCP é uma condição para que os direitos e rendimentos repostos, nesta nova fase da vida política nacional, sejam mantidos, para a conquista de novos direitos e a melhoria geral das condições de vida e de trabalho e dos serviços públicos prestados às populações.

Este é o teu Partido!

Adere ao PCP, dando-lhe mais força para prosseguir a luta!

Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados, que nos permitam contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:
Partido Comunista Português | Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600-196 Lisboa

www.pcp.pt • pcp@pcp.pt

**Adere ao
PCP**

**POLÍTICA PATRIÓTICA
E DE ESQUERDA**

